

**--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM,
RELATIVA AO MÊS DE FEVEREIRO, E EFECTUADA NO DIA 28 DE
FEVEREIRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS. -----**

--- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, pelas vinte uma horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Assembleia Distrital, nesta cidade, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:-----**

--- 1.-PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SANTARÉM;-----

**--- 2.-CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO “NAADEC-NÚCLEO ASSOCIATIVO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO”;-----**

--- 3.-CRIAÇÃO DO REGIME DE PRAÇA LIVRE CONDICIONADA; -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências: -----

--- Faltas justificadas:-----

--- CARLOS MANUEL BATISTA GOMES DE ABREU.-----

--- PEDRO MIGUEL TEODÓSIO GREGO.-----

--- MANUEL MORGADO MAURÍCIO D’ AVÓ. -----

--- PEDRO MIGUEL RODRIGUES NEVES VELOSO. -----

--- FERNANDO SOARES NICOLA.-----

--- ANTÓNIO ANTUNES DUARTE. -----

--- **MARIA LUISA RAIMUNDO MESQUITA.** -----

--- **BONIFÁCIO CORDEIRO TORRE.** -----

--- **JOAQUIM AUGUSTO QUEIRÓS FRAZÃO NETO.** -----

--- **ISIDRO MENA ESTEVES.** -----

--- **CARLOS MANUEL PALMEIRO CARVALHO.** -----

--- **CARLOS ALBERTO NARCISO MARQUES.** -----

--- **Faltas não justificadas:** -----

--- **LEONEL DE MATOS MARTINHO DO ROSÁRIO.** -----

--- Confirmada a existência de quórum, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberta a Sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo à discussão a acta número catorze, pedindo a palavra o Senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével para referir que na votação da acta número catorze iria votar contra por considerar, na sua opinião, que as actas não são elaboradas com o rigor que entende necessário. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** esclareceu que as actas não são reproduzidas na íntegra, pelo que as pessoas têm o direito de solicitar as correcções que entenderem, desde que fundamentadas. -----

--- Submetida a votação a acta número catorze, foi **aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor, um voto contra e uma abstenção.** -----

--- Seguidamente o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a discussão e votação a acta número quinze, tendo sido deliberado, **por unanimidade, aprovar.** -----

--- A seguir interveio o Senhor **PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA** alertando os Senhores Vogais da Assembleia para, que ao receberem os cheques referentes às senhas de presença os movimentem de imediato, a fim de evitar transtornos administrativos à Câmara Municipal.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** prestou algumas informações, esclarecendo que a Sessão da Assembleia Municipal foi convocada para quarta-feira por ser obrigatória no mês de Fevereiro e, também a pedido do Partido Popular. -----

--- Prestou esclarecimentos sobre o andamento dado á Moção aprovada na Assembleia Municipal relativa à situação de “calamidade pública”, adiantando que na Assembleia da República, teve a oportunidade de intervir três vezes sobre o assunto. -----

--- Disse ainda que por razões programáticas o Senhor Primeiro Ministro em relação à entrevista conjunta solicitada a ele próprio a transferiu para os Senhores Ministro da Administração Interna e Secretário de Estado da Administração Interna –que já estavam a elaborar todo o inventário e relatório relativo às cheias– salientando que saiu daquela reunião bastante optimista.-----

--- Usou depois da palavra o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** prestando esclarecimentos sobre o processo da “calamidade pública”, adiantando que o Senhor Governador Civil de Santarém irá submeter ao Governo um “dossier” sobre a possibilidade de Santarém vir a ser declarada situação de “calamidade pública”. -----

--- Referiu que numa reunião que teve com a Junta Autónoma de Estradas, foi bem aceite, em princípio, que esta entidade deveria reparar algumas Estradas Municipais que

serviram de itinerário alternativo às Estradas Nacionais que se encontravam intransitáveis. -----

--- Concluiu, referindo que espera que o relatório agora elaborado sobre a situação de “calamidade pública”, não venha a ficar na gaveta, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse ter dado entrada na Mesa uma proposta sobre “Saneamento Básico”, subscrita pelo Senhor Diamantino Carvalho Vicente, informando que a mesma irá ser fotocopiada e distribuída para ser debatida na próxima Sessão. -----

--- Prosseguiu-se o Período de “Antes da Ordem do Dia” com a intervenção do Senhor **ANTÓNIO JOSÉ DA PIEDADE FERRARIA**, Presidente da Junta de Freguesia da Gançaria, comunicando e lamentado o falecimento de um colega Autarca, o Senhor Dr. Amândio Ferreira Azenha, Jurista e membro de vários gabinetes governamentais, propondo à Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento daquele colega Autarca. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu a informação prestada pelo Senhor António José da Piedade Ferraria, propondo um minuto de silêncio em memória do falecido. -----

--- Sugeriu que, de acordo com o solicitado pelo Senhor António José da Piedade Ferraria, a Mesa em nome da Assembleia Municipal, enviasse à família do falecido um voto de pesar, o que, por unanimidade, a Assembleia concordou. -----

--- Depois interveio o Senhor **DIAMANTINO CARVALHO VICENTE**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével que se congratulou com as acções de formação dirigidas aos Eleitos Locais, bem como aos Funcionários das Juntas de Freguesia. -----

--- Perguntou a razão de não constar na Ordem de Trabalhos o ponto “Assuntos de Interesse para as Freguesias”. -----

--- Referiu alguns melhoramentos na sua freguesia, relativamente aos Serviços Municipalizados, alertando para a necessidade da reposição do pavimento em algumas estradas, devido às obras efectuadas por aqueles Serviços, para os referidos melhoramentos. -----

--- Solicitou esclarecimento sobre a alteração ao dia do “Feriado Municipal” em tempos levantada pelo Senhor João Carlos Brigola. -----

--- Questionou se o Regulamento dos Serviços Municipalizados já está em vigor, dado que não teve ainda acesso ao documento final. -----

--- Referiu que tem solicitado um contacto com o Senhor Presidente da Câmara, junto do seu Gabinete de Apoio, para debater um assunto relacionado com a recolha do lixo e sobre o protocolo existente entre a sua Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, contacto esse que tem sido difícil de concretizar. -----

--- considerou que é o Gabinete de Apoio ao Senhor Presidente da Câmara que faz a triagem do que é importante ou não, dar a conhecer. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que deu entrada na Mesa uma Moção sobre uma deliberação tomada pelo Conselho Geral da ANMP, sobre a Lei

das Finanças Locais, subscrita pelos Senhores Eugénio Baêta Ribeiro Pisco e Vicente Carlos Flor Batalha, referindo que a Moção irá ser fotocopiada e distribuída para discussão e votação na próxima Sessão. -----

--- Usou da palavra a seguir o Senhor **JOSÉ RIBEIRO VALBOM**, Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa da Isenta solicitando esclarecimento sobre a suspensão dos Perímetros Urbanos das Freguesias, nomeadamente o da sua freguesia, referindo que após a publicação do PDM, já foram recusadas quatro construções na freguesia da Póvoa da Isenta. -----

--- Referiu o problema do areeiro no Cabeço da Ponte d' Asseca, junto à Estrada Municipal quinhentos e dezasseis, o qual é responsável pela degradação daquela estrada, sugerindo que os responsáveis daquela exploração fossem chamados à atenção para os graves prejuízos causados à Câmara Municipal. -----

--- Solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara face ao grave problema que a vacaria holandesa está a criar, considerando ser necessário que se tomem medidas enérgicas sobre à situação, adiantando que foi confrontado com uma vala a céu aberto, para além dos dejectos provenientes daquela vacaria irem para uma vala que passa dentro da freguesia de Almoster. -----

--- Depois tomou a palavra a Senhora **MARIA CREMILDA FERNANDES DIONISIO SALVADOR** que focou o problema dos chamados “arrumadores de automóveis” na cidade de Santarém, salientando algumas situações graves cometidas por estes “arrumadores”. -----

--- Manifestou a sua preocupação, relativamente aos Estudantes do Ensino Superior, no que concerne à sua estadia. -----

--- Lamentou que o Governo tenha retirado o subsídio ao Centro Dramático Bernardo Santareno, referindo ser este o único Grupo de Teatro profissional do distrito de Santarém, e não se tendo tido em conta as actividades e a divulgação do Teatro junto das Escolas, solicitando ao Senhor Deputado José Niza que transmita o seu desagrado junto do Governo. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** considerou injusta a intervenção da Senhora Maria Cremilda Salvador, no tocante ao subsídio retirado ao Centro Dramático Bernardo Santareno, informando que como deputado na Assembleia da República não teve qualquer conhecimento sobre o assunto, já que poderia intervir no sentido de conseguir um subsídio para o referido Centro, se lho tivessem solicitado.-----

--- Interveio depois o Senhor **VICENTE CARLOS FLOR BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes referindo o mau estado de conservação de Estrada Nacional número três, lamentando que a Junta Autónoma de Estradas apenas tenha repavimentado a referida estrada até ao acesso da Auto-estrada -----

--- Questionou se está prevista alguma intervenção, relativamente à Estrada Municipal quinhentos e sessenta e três–quatro, bem como, a Estrada da Chainça que se encontra quase intransitável.-----

--- Referiu os problemas do Alviela no que concerne à segurança e valorização do Mouchão Parque, da Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes e do novo quartel

da G.N.R.-----

--- Solicitou esclarecimento sobre os efeitos suspensivos do PDM em relação à sua freguesia.-----

--- Sublinhou a intervenção da Senhora Maria Cremilda Salvador, no tocante ao Centro Dramático Bernardo Santareno e que foi a única Companhia que não foi subsidiada, considerando que, em sua opinião, Santarém merecia uma Companhia subsidiada a funcionar normalmente, bem como, uma Companhia de Teatro a funcionar profissionalmente.-----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **JOAQUIM ALBERTO PEREIRA SERRÃO** solicitando esclarecimento sobre o critério utilizado na repavimentação dos arruamentos da cidade.-----

--- Focou o mau estado da estrada que liga Vale de Estacas ao Jardim de Cima e, concluiu questionando qual o ponto da situação, relativamente aos hotéis em construção, designadamente o hotel do construtor Ilídio Monteiro.-----

--- Interveio depois o Senhor **EUGÉNIO BAËTA RIBEIRO PISCO** questionando se a Moção entregue na Mesa, pela CDU, só iria ser discutida na próxima Sessão da Assembleia Municipal, considerando que a Moção só teria efeitos se fosse aprovada nesta Sessão.-----

--- Interveio o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondendo afirmativamente, salientando ser uma prática que vem sendo adquirida já há algum tempo.-----

--- Retomou a palavra o Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** discordando da posição tomada, vincando a sua posição relativamente ao assunto.-----

--- Após algumas trocas de impressões –mais calorosas– entre o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** e o Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO**, tomou a palavra o Senhor **ANTÓNIO JOSÉ DA PIEDADE FERRARIA** Presidente da Junta de Freguesia da Gançaria, solicitando esclarecimento sobre uma relação de apoios a Colectividades do concelho, por parte da Câmara Municipal, não detectando nele nenhuma das três Colectividades existentes na sua freguesia.-----

--- Questionou se a Câmara Municipal prevê alguns reforços de meios financeiros, técnicos e humanos de uma forma concertada, para fazer face às necessidades das freguesias afectadas pelas cheias e intempéries.-----

--- Sublinhou a intervenção dos seus colegas em relação aos Perímetros Urbanos do Plano Director Municipal e, concluiu inquirindo o Executivo Camarário sobre a situação do protocolo a realizar entre a Câmara Municipal de Santarém e o Ministério da Educação, no que concerne ao arranque do ensino Pré-Primário, no concelho.-----

--- Por último interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** transmitindo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Gançaria sentimento de profundo pesar da perda irreparável de um Autarca amigo, Dr. Amândio Ferreira Azenha.-----

--- Referiu que no dia nove irá decorrer uma acção de formação profissional alargada aos Autarcas sobre a temática da contabilidade.-----

--- Prestou esclarecimentos sobre a rede viária, nomeadamente a que serve a freguesia de

Casével, salientando que é das mais degradadas do concelho, adiantando que a melhoria daquela rede viária está contemplada num conjunto de investimentos, que ainda não estão datados. -----

--- No tocante ao Feriado Municipal referiu que é um assunto que está a ser analisado, aguardando-se o parecer das Juntas de Freguesia, considerando que faria sentido acolher a data de quinze de Março, dia da Conquista Cristã. -----

--- Relativamente ao Regulamento dos Serviços Municipalizados esclareceu que este entrou em vigor após a sua aprovação e com os contributos desta Assembleia.-----

--- Relativamente aos Serviços de higiene e Limpeza, disse concordar que o tempo possa desactualizar os acordos estabelecidos, mas pensa ser uma questão que pode ser analisada. -----

--- Quanto ao seu Gabinete informou que não tem Assessores, mas sim um Gabinete constituído por um Adjunto e uma Secretária, funcionando nos mesmos moldes do seu anterior mandato. -----

--- Informou que os Perímetros Urbanos das Freguesias após parecer da CCR/LVT terão que ir novamente à Assembleia Municipal.-----

--- Relativamente ao areeiro do Cabeço da Ponte d'Asseca, referiu tratar-se de uma preocupação que tem sido objecto de múltiplas trocas de impressões entre a freguesia envolvida e a própria Administração Central, salientando que o regime de Contra-Ordenações é da competência da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, adiantando que foi exigido pelo Governo a existência de planos

ou estudos que visem a recuperação paisagista daquela área.-----

--- Quanto à vacaria holandesa informou que a Câmara fez o que estava ao seu alcance, emitindo parecer favorável à sua desactivação, adiantando que o processo passou para o Consultor Jurídico para que, através do Tribunal, sejam accionados mecanismos, envolvendo Instituições a quem compete, com meios próprios, desactivar aquela vacaria.

--- Manifestou também a sua preocupação relativamente aos chamados “arrumadores de automóveis” lamentando que não haja legislação específica para que as autoridades possam intervir em conformidade.-----

--- Sobre as residências escolares, referiu que o processo não é fácil, adiantando que, em todo o caso, o Instituto Politécnico de Santarém, manifestou-se favorável à assinatura de um protocolo para a revitalização dos Centros Históricos mercê da instalação de residências escolares.-----

--- Manifestou-se solidário com a intervenção da Senhora Maria Cremilda Salvador relacionada com o subsídio retirado ao Centro Dramático Bernardo Santareno, adiantando que fez sentir, junto do Senhor Ministro da Cultura, o seu desagrado.-----

--- Prestou esclarecimentos sobre a Estrada Nacional número três e a Estrada da Moita, salientando que, relativamente à Estrada da Moita, está prevista uma intervenção a curto prazo.-----

--- Disse ainda que o “dossier” Alviela não está encerrado, concordando que a que lhe está a ser retirada, seja fundamental para a vida do Rio Alviela.-----

--- Relativamente à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes referiu que

conjuntamente com o Dr. Botas Castanho esteve numa reunião de trabalho de interesses multinacionais para a instalação de uma fábrica de indústria de frio, informando que há bons indicadores da parte do ISEF e, caso não haja retrocessos, poder-se-á estar em condições de celebrar um protocolo para a instalação da maior unidade fabril do distrito que empregará cerca de seiscentos trabalhadores. -----

--- Quanto ao novo quartel da GNR, em Pernes, esclareceu que a Câmara está a efectuar contactos para a aquisição dos terrenos para instalação do referido quartel.-----

--- Relativamente aos Perímetros Urbanos considerou ser um problema de difícil resolução. Todavia espera ver os problemas ultrapassados de uma forma positiva. -----

--- Quanto à repavimentação de alguns arruamentos na cidade, esclareceu que é sua intenção deixar o planalto sem “buraco” não havendo necessidade de começar por esta ou aquela rua. Quanto à Zona Industrial informou que existe um projecto, não estando, no entanto, a obra adjudicada devido às infra-estruturas não estarem concluídas-----

--- Prosseguiu, referindo que, sobre os hotéis em Santarém, existem boas perspectivas para a conclusão, em definitivo, do IVOS-HOTEL e concluiu esclarecendo que caso Santarém venha a ser declarada situação de “calamidade pública” a Câmara poderá vir a receber, na melhor das hipóteses, cento e cinquenta mil contos, o que cobre apenas, um terço dos prejuízos causados pelas intempéries. -----

--- Esgotadas as intervenções neste Período de “Antes da Ordem do Dia” deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **Ponto Um – PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SANTARÉM.**-----

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----

--- Interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que fez a apresentação do documento, focando os pontos que lhe pareceram mais importantes, salientando que se trata de um documento aberto a sugestões, e não um documento vinculativo.-----

--- A seguir interveio o Senhor **BERTINO COELHO MARTINS**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, recordando que há tempos a esta parte, através de tomadas de posições do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém e dos incentivos e alertas da Cronista local Dr^a Rosalina Melro, se têm dado alguns passos no sentido de se transferir o túmulo gótico de D. Fernando, datado de mil quatrocentos e vinte cinco, que se encontra no Museu do Carmo, em Lisboa, bastante mal tratado.-----

Prosseguiu, referindo que o túmulo foi levado para Lisboa, nos meados do Século passado, por forma de preservação do património, que naquele período se desbaratava e destruía.-----

--- Considerou que, ao que julga saber, nunca houve uma reacção cívica e política, suficientemente forte para que Santarém recuperasse o artístico sarcófago, que foi levado do Convento de S. Francisco, salientando ser uma peça demasiado valiosa para o espólio artístico e tumultuário de Santarém e concluiu, referindo que, no seu entender, a

Assembleia Municipal de Santarém poderia reforçar os passos já encetados, no sentido da reabilitação do precioso túmulo.-----

--- Depois usou da palavra o Senhor **RUI PEDRO ALVES RIBEIRO DA COSTA CALDEIRA** questionando como é que a Câmara, perante uma situação de calamidade existente, se vai confrontar com a verba inscrita no Plano Estratégico, que considera elevada.-----

--- Usou da palavra a seguir o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS** referindo que, no entender do PSD, este Plano Estratégico não atinge os objectivos a que se propôs.-----

--- Salientou que, para que se possa ter uma visão estratégica é necessário que haja um visionamento do futuro desejado. É preciso entroncar objectivos e ambições, vontade e querer sustentado da tal sociedade civil que é extremamente importante. Essa estratégia, no seu entender, terá que ser consubstanciada nas reais capacidades da Autarquia, quer financeiras, quer no tocante a recursos humanos e implica uma real adaptação aos objectivos a que se propôs e a uma efectiva vontade de cumprir.-----

--- Considerou que gerir bem implica a existência de duas estratégias. Perguntou se poderá ser que a Autarquia queira assumir a não concretização ou aceitação efectiva, do Plano Estratégico, no seu todo? Referiu que em geral se limitou a debitar números ou ideias comuns sem concretizar ou quantificar objectivos, não havendo uma análise que identifique obstáculos, virtudes ou potencialidades finais que referenciem o desenvolvimento das zonas de influência geográfica, das necessidades dos utilizadores de

instalações, bem como, das capacidades que a Autarquia terá para gerir as obras que irá desenvolver.-----

--- Referiu também que o Plano Estratégico, para ser consequente, tem de ter uma visão global municiando uma informação sobre o que os concelhos vizinhos se propõem concretizar de modo a exercer uma efectiva liderança, sublinhando que ele não enraíza um Plano Estratégico das pessoas a que se destina, das capacidades reais da Autarquia, nem tão pouco das freguesias rurais, como aglutinador de vontades. Não se descortina, no essencial, quais as vantagens das opções, nem mesmo quando se afirma “Santarém Cidade Serviços”.-----

--- Frisou que o Plano Estratégico não conseguiu acompanhar a evolução dos desafios externos, pelo que a gestão das suas capacidades e desafios do contacto dão como resultado uma clara inadaptação à estratégia.-----

--- Afirmou que, se o Partido Socialista aprovar este plano terá que assumir todos os erros e defeitos, agora e no futuro, ou seja, praticando os mesmos erros aquando da aprovação do PDM.-----

--- Prosseguiu, considerando que o Plano Estratégico é um amontoado de generalidades aplicável a qualquer cidade em qualquer parte do mundo, salientando que na parte final aparece uma proposta realista e positiva, realizável no horizonte do projecto, relacionado com o aproveitamento ecológico do Rio Tejo, incluindo a sensibilização da população.--

--- Disse ainda que com este trabalho sofrível se vaticina a justificar ou fundamentar que Santarém é uma cidade de serviços, mas para isso, terá que ter um tecnopólo cujo

objectivo será a criação de emprego e, não o desenvolvimento económico que, esse sim, por inerência, aumente o emprego. -----

--- Referiu que, na opinião do PSD, apenas se justifica, por ser evidente, que é uma cidade monumental porque os monumentos já cá existiam, tal como, o Tejo também já por cá corria, antes da existência da cidade. -----

--- Propôs que como meios humanos da execução do programa venham para Santarém “especialistas” de diversos graus de inteligência e concluiu, salientando que em termos financeiros de vinte e nove milhões de contos se pergunta onde se irão buscar os restantes onze milhões de contos. -----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **ALFREDO JOAQUIM FERREIRA CARDOSO LOBATO**, Presidente da Junta de Freguesia do Vale de Santarém, manifestando a sua satisfação pela intenção de se utilizarem as instalações da Estação Zootécnica como meio de uma maior divulgação e fomento do cavalo e do desporto equestre, salientando estar, no entanto, apreensivo relativamente ao assunto, visto que ainda há pouco tempo esteve previsto que a Coudelaria Nacional saísse da Fonte Boa. ---

--- Seguidamente usou da palavra a Senhora **MARIA FERNANDA DA SILVA PIRES FERNANDES RIBEIRO** referindo que a sua intervenção é de carácter pessoal. Lamentou que não tivesse sido convocada para a reunião de apresentação do Plano Estratégico, no CNEMA. -----

--- Considerou que, no seu entender, faltam as verdadeiras linhas de força que eventualmente deveriam estar subjacentes a um programa e a um projecto desta índole,

sublinhando que lhe falta programação, prioridades de critérios para a implementação de cem projectos que se vislumbram sem se saber como irão ser implementados. -----

--- Referiu não ser verdade que o número de alunos que frequentam a Escola Superior Agrária seja inferior aos que frequentam as restantes Escolas que integram o Politécnico.

--- Saliu a importância das Escolas do Politécnico de Santarém e a força estudantil para o desenvolvimento de Santarém, bem como, para animar e dar vida aos Centros Históricos, sublinhando a necessidade da criação de infra-estruturas –transportes públicos, residências para estudantes, equipamento desportivo, locais de estudo e cantinas, considerando que a criação do tecnopólo não se insere muito no Plano Estratégico da Cidade de Santarém. -----

--- Falou da necessidade de fixar as gentes novas, nomeadamente a população estudantil, sob pena de Santarém continuar a ser uma cidade sem vida.-----

--- Concluiu referindo que, relativamente ao desporto, não vê contemplada no Plano a Escola Superior Agrária com o seu parque desportivo, que merecia uma intervenção pormenorizada da Autarquia dado que o mesmo é fundamental para a população da cidade de Santarém, em virtude de não existir uma cidade desportiva.-----

--- Interveio depois o Senhor **JOÃO VÍTOR REIS GOMES MENDES** manifestando o seu desagrado pelas “galhas” existentes no documento, enunciando os erros minuciosamente. -----

--- Sublinhou a importância das residências para estudantes, referindo que em tempos esteve prevista a recuperação de algumas casas no Centro Histórico, para o alojamento de

estudantes, com vista a dar vida a esse mesmo Centro Histórico. -----

--- A seguir tomou a palavra o Senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** lamentando que o Plano Estratégico não tivesse sido tão amplamente discutido como seria de desejar, referindo-se à falta de envolvimento das pessoas e dos agentes económicos e culturais de Santarém. -----

--- Manifestou a sua preocupação, relativamente à concretização dos projectos inscritos no Plano, salientando que não se pode deparar os pontos fortes dos pontos fracos. -----

--- Lamentou que a CDU não possa votar favoravelmente a proposta, sugerindo que se tenha em relação ao Plano e aos seus instrumentos de planeamento na cidade e no concelho, uma outra postura, ou seja, que haja agora um maior envolvimento da população, naquilo que é o conhecimento que a população e agentes devem ter daquilo que está em curso, no sentido de colmatar o que considera uma grande insuficiência no Plano da informação e do envolvimento da cidade, fazendo com que estes projectos sejam o mais participado possível. -----

--- Concluiu considerando exorbitante e algo preocupante o esforço financeiro que é exigido à Autarquia para a execução dos projectos. -----

--- Usou da palavra seguidamente o Senhor **ANTÓNIO JOSÉ DA PIEDADE CARMO** referindo que, o Partido Socialista, pela análise que fez ao Plano Estratégico da Cidade de Santarém, considera que mais importantes que as “gafes” são as linhas orientadoras do Plano Estratégico da Cidade de Santarém. -----

--- Considerou importante, que se analise o Plano do ponto de vista histórico, sendo

necessário pensar naquilo que tem sido a evolução da população nos sectores de actividades.-----

--- Salientou também, que é importante que Santarém olhe para o futuro e aposte naquilo que tem como factores de desenvolvimento para que Santarém cresça em equilíbrio de uma forma harmoniosa onde existam diversos pólos de atracção. -----

--- Prosseguiu, referindo o problema da acessibilidade a Santarém e da necessidade de desassoreamento do Rio Tejo, não como meio de comunicação, mas sim, como pólo de laser, atracção e divertimento.-----

--- Falou da necessidade de ligação entre S. Bento e a Ribeira de Santarém e, concluiu, referindo que o PS apoia e aprova o Plano Estratégico da Cidade de Santarém.-----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, na qualidade de membro, referindo que, em sua opinião, o Plano Estratégico da Cidade de Santarém, apenas, merece a nota mínima –dez valores–. -----

--- Considerou que existe uma confusão perigosa entre as competências do Governo e as competências Municipais, nomeadamente no que diz respeito à navegabilidade do Rio Tejo, que nada terá a ver com a Câmara Municipal. -----

--- Referiu existir um erro técnico do anterior Governo ao condicionar o Plano Estratégico com a aprovação dos Planos Directores Municipais, antes de um plano que defina uma estratégia. -----

--- Salientou que relativamente à regra das prioridades não se sabe qual é a primeira, referindo que existe um eclipse total em relação ao Campo Infante da Câmara.-----

--- Falou do problema da qualidade de vida dos Estudantes em Santarém, dando como exemplo a cidade de Coimbra, onde os Estudantes têm um papel fundamental na vida daquela cidade e concluiu afirmando que, caso o Plano não venha a ser aprovado por unanimidade, acredita que quando as coisas forem para o concreto essa unanimidade será adquirida.-----

--- A seguir interveio novamente o Senhor **RUI PEDRO ALVES RIBEIRO DA COSTA CALDEIRA** para referir que se congratula com a intervenção produzida pelo Senhor Presidente da Assembleia e questionar como é que o Executivo Camarário conseguirá realizar os milhões de contos inscritos no Plano Estratégico.-----

--- Retomou a palavra o Senhor **ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS**, considerando que o senhor António José da Piedade Carmo acabou por ser feliz na sua intervenção, indo ao encontro das ideias do PSD.-----

--- Disse ainda discordar da ideia que este Plano é para ir buscar fundos a alguns programas.-----

--- Por último interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** manifestando o seu agrado pela qualidade das intervenções proferidas, sublinhando que se trata de um documento aberto, sujeito a melhoramentos, salientando que a Assembleia não irá aprovar o Plano Estratégico da Cidade de Santarém, mas sim, emitir um parecer, de acordo com aquilo que é exigido por Lei.-----

--- Relativamente às prioridades, esclareceu que estas têm de ser objecto de uma ponderação quase que permanente.-----

--- Lembrou ainda que a Assembleia Municipal, em qualquer altura, pode dar novos contributos quanto à introdução, caracterização e diagnóstico.-----

--- Após algumas trocas de impressões o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a aprovação a emissão de um parecer que foi aprovado favoravelmente, com vinte e três votos a favor e dez abstenções.-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta o **Ponto Um**, tendo sido deliberado aprovar, **por unanimidade**-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que a pedido do Senhor Presidente da Câmara foi retirado da Ordem de Trabalhos o PONTO TRÊS.-----

--- Seguidamente deu-se início à discussão do **Ponto Dois – CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO “NAADEC – NÚCLEO ASSOCIATIVO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO”**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação de dezasseis do corrente mês, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia, a aprovação da Constituição da Associação em epígrafe, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo trinta e nove, da Lei número dezoito/noventa e um, que alterou o Decreto-Lei número cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março”.

--- Interveio o senhor **EUGÉNIO BAÊTA RIBEIRO PISCO** referindo que após a análise que efectuou ao documento, ressalta-lhe algumas dúvidas relativamente à escritura e ao comodato, não percebendo o que é que a Assembleia Municipal tem a ver com esta Associação. -----

--- Salientou ainda que os Estatutos não falam dos Sócios que podem vir a fazer parte desta Associação e apenas referem os que podem contribuir.-----

--- Interveio o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** para esclarecer que independentemente da menção expressa no projecto de Estatutos ou integrado no regulamento interno que lhe é associado, sempre que se trate da constituição de uma Associação, a Lei exige que a Assembleia Municipal se pronuncie.-----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO “NAADEC - NÚCLEO ASSOCIATIVO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO”**, nos termos da alínea h) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um de vinte sete de Julho, o Senhor **PRESIDENTE DA**

ASSEMBLEIA submeteu a votação a aprovação em minuta o **PONTO DOIS** tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade**.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, e de acordo com a competência que lhe confere o artigo dezasseis do Regimento, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**, o qual não se concretizou por ausência de intervenientes.-----

--- Era uma hora e quarenta minutos do dia vinte e nove, quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, e subscrita por mim,

PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, que a redigi. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----